

RELAÇÃO PARTIDOS POLÍTICOS - MOVIMENTOS SOCIAIS E TENSÕES (AINDA) EXISTENTES: AGENDANDO UMA PESQUISA

**Gustavo Henrique
Serafim França**
Graduando em
Ciência Política na
Universidade de
Brasília - UnB.

Contato:
gustavohserafimf@
gmail.com

Palavras-chaves:
Movimentos sociais;
partidos políticos;
participação; Estado;
autonomia.

Keywords:
Social movements;
political parties;
participation; State;
autonomy.

RESUMO: Analisa-se a relação entre movimentos sociais, orientados pelo continuum de autonomia e institucionalização na interação com o Estado, e partidos políticos a partir de duas tensões: a de expectativas, vinculada à percepção; e a organizacional; são exemplificadas com diversos relatos na literatura, dentre eles, casos na história do Partido dos Trabalhadores. Ambas podem coincidir e são interligadas às três funções dos partidos políticos e às tipologias de interação. Além de sugerir uma agenda de pesquisa, este debate auxilia a comparação de formas institucionais e não-institucionais de participação política.

ABSTRACT: The relation between social movements, oriented by the continuum of autonomy and institutionalization in its interaction with the State, and political parties is analyzed through their tensions: the expectations one, linked to perception; and the organizational one; are exemplified by some literature reports, primarily cases of the Partido dos Trabalhadores history. Both may coincide and are tied to the three parties functions and to interaction tipology. Apart from suggesting a research agenda, this debate help the comparrison of institucional and non-institucional political participation forms.

A literatura sobre a relação entre movimentos sociais e Estado da década de 70 e 80 enfatizou repetidamente que os primeiros estariam “de costas” para o segundo. Nesse sentido, os movimentos rejeitariam e não se relacionariam com a institucionalidade política, opondo-a a sua autonomia. A divisão interpretativa resultante disso criou paradigmas analíticos de autonomia e de institucionalização dos “novos movimentos sociais”, que recebeu críticas por ser analiticamente improdutiva (DOIMO, 1995, p.47-50) e por restringir-se a uma relação sempre antagônica com o Estado (ABERS & VONBULLOW, 2011, p.53-54).

Essa discussão, elaborada por diversos outros autores e autoras, refere-se às diversas formas pelas quais as relações entre os movimentos sociais e o Estado se dão, incluídas aí uma específica de interesse desse artigo: a que se dá entre esses e os partidos políticos. Tema incipiente no campo que carece de estudos mais sistemáticos, é impossível de ser ignorado sobretudo após a

ascensão dos partidos de massa no século XX, cuja característica mais marcante é sua origem extraparlamentar, logo, sua vinculação forte com uma base social (DUVERGER. 1980[1951]), e respectivas transformações ao longo do século XX e XXI. No caso brasileiro, o exemplo do surgimento e chegada ao governo federal pelo PT, sob o Governo Lula, é tido em diversos estudos como uma guinada na incorporação e vinculação institucional mais ampla de movimentos sociais (ABERS & SERAFIM & TATAGIBA, 2014, p. 327-328; OLIVEIRA & SILVA, 2011, p. 93-94).

Assim, apesar de concordar com a crítica feita pelas autoras supracitadas quanto aos problemas do binômio autonomia-institucionalização para compreender os diversos emaranhamentos de movimentos sociais e Estado, por conseguinte entre esses e partidos, a tensão binomial trazida por Doimo existe enquanto tipos ideais de princípios opostos entre si na orientação da ação nas ações coletivas de tipo movimentos sociais e, por isso, na forma de tensões, até naqueles momentos em

que há um repertório¹ de interação cooperativa entre ambos. Não se pretende com isso assumir tipos puros únicos e paradigmáticos de autonomia e institucionalização, como fazia a literatura criticada. Entende-se, contrariamente, que sua presença seria escalonada complexamente a partir de um mínimo, criando um *continuum* que entre os dois polos que acirram suas tensões. Embora ciente dessa possibilidade, a literatura não dá centralidade.

O objetivo deste texto é construir um ensaio exploratório na investigação e elaboração de hipóteses sobre as tensões entre movimentos sociais e partidos políticos – definido segundo o ambiente específico e a atividade específica que exercem, respectivamente, o ambiente eleitoral e a disputa de votos nele (PANEBIANCO, 2005[1982], p. 10-11)². A partir de uma revisão bibliográfica de estudos de caso, principalmente sobre o PT, e duma integração da literatura de movimentos à de partidos é possível perceber, em suma, duas formas de tensões. Uma primeira está ancorada nas percepções dos atores envolvidos e concerne às suas expectativas que os movimentos depositam em partidos com identidade fortemente ligada à base social. A segunda, explicada principalmente pela Teoria da Mobilização de Recursos, diz respeito à competição entre partidos e movimentos por recursos quando estes interagem entre si, sendo, conseqüentemente, mais organizacional.

As duas tensões, contudo, podem e, de fato, se entrelaçam de maneira que essa competição por recursos venha a ser percebida e também vista como parte da estratégia institucional do partido, edificando – junto com as diferentes maneiras em que essas tensões se apresentam – também *continuums*, no lugar de tipos puros, que se entrelaçaram de modo complexo. Além disso, ambas, entrelaçadas ou não, impactam na forma como tanto os movimentos sociais quanto os partidos em questão lidarão um com o outro, e precisa ser incorporada nas tipologias existentes sobre interação entre partidos e movimentos.

De forma geral, são reflexões que podem aprimorar a compreensão da ascensão de de pautas que só são capazes de chegar à arena pública a partir da mobilização fora das instituições estatais e, por vezes, contra elas (TAVARES, 2012, p. 43). É, portanto, uma maneira de abordar a tensão binomial autonomia-institucionalização nas agendas de pesquisa sobre movimentos sociais distinta da que era anteriormente criticada, agora qualificando a variedade e o grau dessas duas faces.

Boa parte dessa reflexão e questionamentos não são nenhuma novidade: são provenientes de reflexões com as quais o autor teve contato inicial em sua militância na “esquerda autônoma”, “esquerda libertária”, “esquerda não-institucional”, “movimento autônomo” ou “autonomista” no Distrito Federal, mais especificamente a partir da militância no Movimento Passe Livre-DF³. A menção dessa informação em um texto acadêmico tem dois objetivos: localizar ideologicamente o autor e, conseqüentemente, controlar os riscos imbuídos nessa proximidade entre pesquisador e objeto; orientar-se à práxis direta, visando auxiliar a ação política de subalternos e subalternas na luta pela sua emancipação, investigando a adequação dos meios utilizados à consecução dos fins desejados pelos juízos de valor aí envolvidos (WEBER, 197., p. 110-111;114-115;131-132). Então, serão utilizados e citadas as origens dessa reflexão com exemplos discutidos no meio de militância do qual o autor faz parte.

O artigo segue, então, estruturado da seguinte forma: i) uma discussão geral sobre o binômio, como se dava inicialmente e sua transposição às relações entre partidos políticos e movimentos sociais; ii) a identificação e descrição das tensões de expectativas e de organização, adaptadas às tipologias de interação achadas e às funções dos partidos, evocando os estudos de caso revisados, principalmente aqueles referentes às experiências do Partido dos Trabalhadores; iii) uma agenda de pesquisa que considere as tensões e a contribuição para o debate sobre formas institucionais e não-institucionais de participação política.

Tensão entre autonomia e institucionalização dos movimentos sociais

Ana Maria Doimo (1995, p. 47-50;61-70) traz à tona a expressão das polaridades interpretativas acerca dos movimentos sociais surgidos e perdurados na década de 70 e 80, as quais se centram num binômio entre autonomia e institucionalização. A despeito de serem polaridades interpretativas, seria possível perceber, enquanto ponto comum entre os movimentos à época o campo ético-político de conflitos de ação direta fora da esfera produtiva, do chamado “movimento popular”. Esses expressavam duas faces ambíguas e que se tensionam entre si: uma face expressivo-disruptiva – para a deslegitimação da autoridade pública e consolidar fronteiras intergrupos – e outra integrativo-corporativa – cujo fito é integração social –, manifestas na

¹ Rotinas mais ou menos escolhidas pelos movimentos sociais, influenciados pelas suas tradições culturais, abrangendo o que “sabem sobre como fazer” e a respectiva expectativa do que farão (TARROW, 2009[1981], p. 51).

² Organizações que fujam a essa especificidade mas guardem semelhanças com partidos precisam de outro marco teórico. São esses os casos de diferentes organizações específicas anarquistas, ou Partidos Anarquistas e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante sua clandestinidade.¹

A TRIBUNA, 1943, p.3; A TRIBUNA, 1943, p.1. Este trabalho contou com o fomento da FAPEMIG (FAPEMIG – APQ-00397-13- Projeto 21417-maio 2014-jan. 2016).

³ A Carta de Princípios do MPL coloca que o movimento deve ser orientado pelo anticapitalismo, independência, autonomia, horizontalidade, “apartidarismo, mas não anti-partidarismo” e federalismo, seguindo um caminho da “forças das ruas”, não a “via parlamentar” (Site do MPL 28/02/2016). Para entender mais das ideias e identidades norteadoras do movimento, bem como suas origens, ver Saraiva (2010).

negativização do Estado e do mercado na primeira face, e da legitimação destes ao requerer-lhes função provedora e irrigação do fundo público, respectivamente, na segunda.

Autonomia e institucionalização eram tomados como tipos puros e universalizáveis pelos autores normativamente alinhados a esses movimentos. Dessa forma, o caminhar desses à institucionalização aparece como um desvio analítico a ser desconsiderado, fragilizando as análises (OLIVEIRA & SILVA, 2011, p. 90).

Enveredando por caminhos parecidos de crítica a esse binômio, Abers e Von Bulow (2011, p. 55-59) fazem duas expansões de unidades de análise com o fito de abarcar a totalidade das relações entre Estado e movimentos sociais. Na primeira, que desloca o estudo de movimentos sociais a redes de ação coletiva, discorrem brevemente sobre como a literatura habermasiana visava uma autolimitação da sociedade civil de modo que ela não fosse colonizada pelo Estado e pelo mercado, bem como pelas relações típicas dessas esferas.

A segunda expansão dizia respeito a incluir dinâmicas para além das meramente conflituosas, como visto na própria caracterização de Tilly responsável por cunhar o conceito de repertórios de confronto. A consequência dessa restrição à conflitividade era ignorar a possibilidade de o Estado não ser visto como antagonico, mas até mesmo de que pessoas que ocupem cargos nele tornem-se integrante dos movimentos⁴ (ABERS & VON BULOW, 2011, p. 59-54).

Apesar das considerações de Doimo (1995, p. 49-50) sobre a improdutividade analítica da dicotomia autonomia e institucionalização, é possível perceber que essa tensão binomial se manifesta nas práticas e reivindicações dos movimentos de ação-direta. Exemplo disso é a existência dessa tensão tanto nos casos estudados pela própria autora, quanto em outros movimentos não observados por ela, como o caráter de mobilização autônoma proposto pelo novo sindicalismo no ciclo de saída do regime militar (RODRIGUES, 2001, p. 36). Talvez seja plausível considerar essa tensão como inerente às várias ações coletivas com formas de movimento social.

A exceção provável de tal tensão são movimentos sociais que levam a processos revolucionários nos quais o Estado desaparece e, por conseguinte, os grupos organizados tem que gerir sua própria vida uma vez que não há a quem reivindicar função provedora – como na Comuna de Paris, nas regiões de Aragão e Catalunha durante a Guerra civil Espanhola, ou mais recentemente

no Confederalismo Democrático Curdo em regiões da Síria. Ou aqueles que direcionam suas estratégias para deixar de requerer ao Estado função provedora, requerendo autonomia frente a ele – situação predominante dos Zapatistas desde a instauração dos Caracóis Intergaláticos. Contudo, isso demanda estudos com objetivos mais específicos, mesmo possivelmente vindo a corroborar com a teorização feita. Por ora, a possibilidade de que a tensão seja inerente e de que as exceções sejam essas não é negada, sendo notada na revisão de alguns estudos de caso, algo posteriormente argumentado na seção três.

Para dar a utilidade analítica ao binômio enquanto princípios orientadores da ação dos movimentos sociais, precisa-se apreender os diversos sentidos da ação que compõe a autonomia e a institucionalização. Antes de tudo, tendo em mente que os movimentos sociais são uma forma de participação política, a discussão aqui proposta passa inevitavelmente por quais valores normativos os agentes lhe dão. Apesar de discorrer sobre Instituições Participativas (Ips), Lavallo (2011, p. 37-38) sugere a diferenciação entre a valoração em si da participação política e a valoração devido aos efeitos gerados por ela, isto é, em função de ser um instrumento, um meio, a determinados fins. Segundo o autor, na primeira, a participação ganharia seu valor pela produção de auto-determinação e inclusão que exerce. Já na segunda, o valor da utilidade tem três ordens: os efeitos psicológicos e socializadores, da participação como uma escola de cidadania; efeitos intencionais, dentro dos quais estão inseridos os efeitos distributivos, a eficiência e racionalização de políticas públicas; efeitos não-intencionais, como externalidades positivas, a exemplo da produção de capital social que fortaleceria o bom governo e a sociedade civil.

Sendo assim, a “autolimitação” da sociedade civil, evocada pela teoria habermasiana, ou a autonomia, como descrita por Doimo, são compostas tanto por um valor em si, ao requererem relações sociais distintas das típicas do Estado e do mercado ou “contra a tradição política autoritária” - na interpretação estrutural-autonomista –(DOIMO, 1995, p. 47), quanto por um valor instrumental em estar “de costas para o Estado”, como citado anteriormente, em atuar fora da institucionalidade através de ações diretas para a reivindicação de políticas públicas ou transformação social. Por conseguinte, a autonomia sob o valor em si ganha uma vaga orientação de sentido de ter em si a imagem prévia,

4 Caso se investigue, é bem possível que se note a predominância de cargos comissionados entre os militantes integrantes do Estado, não na burocracia permanente dele. Credito essa indagação ao meu orientador, Thiago Trindade.

em pequena escala, numa sociedade futura, ou seja, ganha um sentido prefigurativo⁵, que “anula a distância entre meios e fins” (SARAIVA, 2010, p. 79). Já o valor instrumental da autonomia aparenta mais um sentido de simples distância do Estado, de independência frente a ele, uma vez que os campos

ético-políticos de ação direta agem tipicamente por fora da institucionalidade. Aqui a autonomia, retratada na ação direta, se apresenta como mais um recurso, um instrumento possível na conquista de políticas públicas e de transformação social.

A institucionalização, percebida nos



Amanda Abreu

diferentes repertórios de interação cooperativa com institucionalidade Estatal – como trânsito institucional, participação em IPs, mesas de negociação, participar ou lidar com um partido etc –, pode carregar em si também ambas as valorações. De um lado, da institucionalização

enquanto um instrumento para alcançar os efeitos intencionais elencados anteriormente, esta ganha um significado de simples aproximação do Estado. Por outro lado, seu valor em si diz mais sobre algum padrão de como o movimento deve atuar com a institucionalidade segundo seu significado

5 O termo tem origem no pensamento anarquista e posteriormente ganhou outras significações e usos dentro do Feminismo, do Zapatismo E do marxismo heterodoxo (SARAIVA, 2010, p. 10;79;135). Certamente isso varia em cada movimento ou organização. Logo, existe a possibilidade de que a organização seja a imagem prévia inclusive de uma sociedade mais anti-democrática ou imagem do próprio status quo.

de autodeterminação, democracia ou em cooperar com um governo percebido como aliado e ideologicamente próximo.

No sentido aqui trazido sobre a relação entre a autonomia e institucionalização, isto é, a utilização tanto dos repertórios fora das instituições estatais quanto daqueles voltados a elas difere analiticamente do que os marcos teóricos de movimentos sociais separadamente colocam. Segundo Luciana Tatagiba (2007, p. 10-12), a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TMNS) afirma que o elemento distintivo destes seria sua identidade de autonomia, enquanto não-relação com o sistema político, que expressaria simbolicamente alternativas e mudanças culturais àquelas que o mundo sistêmico do Estado produziria. Portanto, ainda segundo a autora, a autonomia seria oposta a um senso de eficácia política, por sua vez, caracterizado por ponderações estratégicas e de relação entre meios e fins. Por outro lado, de acordo com Lucas Brandão (2011), a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) em seus primórdios julgava que a escolha por repertórios fora das instituições estatais resultaria da falta de recursos suficientes para acessá-las por parte de grupos excluídos. Logo que os galgassem esses recursos, passariam a usar de repertórios institucionais de ação coletiva, caracterizando uma visão apenas instrumental dos sentidos da ação de movimentos sociais. Da forma como foram colocadas acima e nesses textos, as teorias perdem de vista, respectivamente: a singularidade da eficácia política autônoma ou fora das instituições do Estado, sejam elas de articular politicamente com outros grupos que também atuem dessa maneira, mas com os quais não há total concordância, visando juntar um maior número de pessoas e recursos para reivindicar por políticas públicas, seja na capacidade de sustentar, disseminar e generalizar essas novas relações sociais, criando a sociedade futura de que se é imagem prévia, ou seja, criando transformação social; o valor em si, simbólico, e próprio da criação da prefiguração fora das instituições, da autonomia. O uso de ambas precisa, portanto, das devidas cautelas para melhor precisar a análise das tensões entre Estado e movimentos sociais, entre institucionalização e autonomia, como será feito com a TMR na próxima seção acerca das tensões sobre a relação partido-movimento.

Apesar de ser necessário maior aprofundamento no binômio autonomia-institucionalização enquanto tipos ideais de princípios orientadores dos movimentos sociais, esboçou-se aqui seus indícios e uma breve conceituação. Em função

disso, enfatizou-se principalmente a sua dimensão instrumental, cuja elaboração teórica está mais robusta. Menciona-se algumas vezes a dimensão do valor em si, merecendo maior aperfeiçoamento posteriormente. De qualquer forma, pode-se injetar as relações entre partidos políticos e movimentos sociais dentro das relações mais amplas com o Estado, diferindo que, se nesta as tensões possivelmente são inerentes à ação coletiva de tipo movimentos sociais, na outra não necessariamente: movimentos podem muito bem interagir com o Estado conflitiva e/ou cooperativamente sem interagir com os partidos políticos. A adição da interação e cooperação com os partidos políticos por parte dos movimentos sociais adiciona, porém, um elemento ao lado da institucionalização no escalonamento mais amplo da tensão desses com o Estado, acirrando a tensão binomial.

Tensões entre partidos políticos e movimentos sociais

Oliveira e Silva (2011, p. 93-95) inserem sua investigação do Movimento de Economia Solidária num arco mais amplo de duas tipologias existentes das relações partidos políticos e movimentos sociais. Uma tipologia, construída por Hanagan (1998, apud OLIVEIRA & SILVA, 2011, p. 95), para qual os autores darão maior ênfase e é mais direcionada propriamente aos partidos políticos, estabelece três categorias: Independência, típica de contextos autoritários que tornam imperativo que contestadores busquem mecanismos extrainstitucionais de expressão e atuação política; Cooperação, quando ou partido ou movimento, ainda tendo suas respectivas fronteiras, apoiam um ao outro; Interpenetração, momento no qual as fronteiras, antes presentes, se diluíram em diferentes graus possíveis, cujo exemplo é o próprio movimento de economia solidária estudado.

Já que assumimos a existência a tensão entre autonomia e institucionalização na relação de movimentos sociais com partidos políticos, cabe qualificar algumas de suas expressões, considerando funções desses e a tipologia de interação supracitada.

Tensão de expectativas

A primeira das tensões proveio das observações de Elias (2013, p. 29-43) sobre a história do Partido dos Trabalhadores (PT) e o estudo de caso realizado pelo autor, e é aquela que se dá entre identidade

partidária e a estratégia institucional adotada pelo partido. O PT, pela sua semelhança de origem ao modelo de partido de massas de Duverger, tem uma identidade partidária fortemente atrelada aos movimentos sociais, principalmente na figura do novo sindicalismo e do movimento popular – próximos a Igreja Católica (MENENGUELLO, 1989, p. 31-36).

Contudo, como ressalta Elias, seu enquadramento de partido de massas que lhe denota um discurso mais ideológico – de socialismo indefinido – que os demais partidos, é numericamente minoritária entre a população e entre os partidos, o que traz algumas necessidades de adaptações e diferenciação frente a base social que lhe deu origem. Quando um partido como esse visa o sucesso eleitoral é imperativo que se realize alianças com outros partidos, as quais não necessariamente atenderão à identidade partidária forte, e que angarie financiamento do capital privado às campanhas eleitorais, levando num extremo a diluição dessa identidade. Além disso, desde sua gênese a proposta inicial apresentada pelos adeptos do Novo Sindicalismo com a criação do PT era de um partido que saísse dos interesses diretos dos sindicatos para chegar a uma concepção de cidadania plena, ampliando o horizonte de interesses. O efeito da “Estrutura do Estado Burguês”- percebido por Pzeworski – traduziu-se na própria criação do partido (ELIAS, 2013, p. 29-43).

De maneira semelhante, McAdam e Tarrow (2011, p. 31-32) notam casos nos partidos Democrata e Republicano que em função de não estarem suscetíveis ao apelo do eleitor mediano idealizado tendendo à moderação de suas posições políticas, tal que, nos movimentos sociais, ao contrário dos partidos políticos, poderiam ter posições mais próximas dos extremos do espectro político. Alas mais movimentalistas que compõem os partidos poderiam empurrá-lo para além do centro, corroendo seu sucesso eleitoral.

Tal tensão opera não só em relação a estratégia institucional eleitoral dos partidos, mas também no âmbito governamental. Sendo no Brasil a relação entre movimentos sociais e governos intermediada em parte por partidos políticos – na aceitação de cargos no governo, participação em conferências e parcerias em implementação de políticas públicas –, como aponta Levy (2014), fruto da ascensão do PT a governos municipais e sobretudo com inflexão a partir início do governo Lula no âmbito federal, houve tensões entre os dois atores quanto a adoção da política macroeconômica neoliberal

ou ao limite da governabilidade e orçamentária imposta no apoio aos movimentos, a despeito da proximidade originária que o partido tinha com esses atores. Apesar das derrotas, em meio a um governo aliado, esses movimentos sociais apresentam certa cautela na reivindicação mais contestatória, implicando, como no caso do MST, rachas internos devido às diferenças quanto ao grau de institucionalização e de conflito empreendido (LEVY, 2014, p. 54-59).

Sendo assim, temos que a identidade partidária de partidos de massa, a exemplo do PT, é borrada pela estratégia adotada no âmbito institucional e político-eleitoral, a qual é condição para seu sucesso na gestão do Estado. Esse borramento é justamente a tensão entre os dois elementos, se assemelhando a elaboração, por Munck (1997, apud ELIAS, 2013, p.43) dum espectro que coloca dum lado partidos que se importariam apenas com a sua identidade partidária, uma “força fundamentalista”, oposto a “força populista”, partidos que só se preocupariam com a estratégia institucional.

A continuidade de elementos do modelo originário de um partido ao longo de sua institucionalização⁶, apontada por Panebianco (2005[1982]), evidencia essa tensão. A existência de uma constante tensão entre o Espírito de Sion – em referência à fundação do PT no Colégio de Sion, significa um partido radical e ideológico próximo do movimento sindical e popular – e o Espírito de Anhembi – marcado na divulgação da Carta ao Povo Brasileiro em 2002, o partido pragmático que cede às exigências do capital, amplia suas alianças eleitorais e aceita o financiamento empresarial – as duas almas do PT, ilustra a existência da segunda alma ao início do crescimento eleitoral do partido. Para André Singer (2012, p.87-101), que elaborou essa interpretação “espiritual” do partido, o Espírito de Anhembi está presente desde pelo menos 1989, quando a eleição presidencial foi perdida. Porém a “volta às origens” reivindicada pela Articulação – praticamente a mesma que posteriormente consolidou a moderação programática e ideológica petista (AMARAL, 2010, p. 113-114) –, setor mais próximo do novo sindicalismo e que se torna majoritário, em 1983 nas eleições ao Diretório Estadual paulista (MENENGUELLO, 1989, p. 185), permitem rastreá-lo dentro do partido até datas anteriores.

Essa tensão também teve reflexos organizacionais dentro do partido. Com o predomínio da estratégia institucional e do Espírito de Anhembi, o PT perde sucessivamente sua

6 O conceito de institucionalização usado por Panebianco é referente a institucionalização dos partidos políticos e foca na respectiva estabilidade organizativa, diferindo do aqui adotado.

identidade interna de democracia participativa – cuja origem em parte provém da tradição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da mobilização de base do Novo Sindicalismo (MENENGUELLO, 1989, p. 89-99; SECCO, 2012, p. 78) –, com a passagem dos núcleos de base, que serviriam pra formalizar o contato com bases movimentistas do partido, a um caráter consultivo e não mais decisório (ELIAS, 2013, p. 33), a adoção do processo de eleições diretas (PED) que mimetizou uma democracia representativa para dentro do partido (SECCO, 2012, p.194-195), e a profissionalização e burocratização de suas e seus militantes (AMARAL, 2010, p. 108; SECCO, 2012, p. 178-186;194-195) em oposição à militância voluntária típica do que se entende geralmente por movimento social. Essas transformações impactam o dilema entre sua estratégia institucional e sua identidade partidária de forma que tanto as chapas aos PEDs de 2005 e 2007, quanto as lideranças intermediárias reconhecem a necessidade de se aproximar de suas bases, movimentos sociais e de sua militância (AMARAL, 2010, p. 125-126).

Apesar de o PT ser um grande exemplo e sobre o qual mais se debruçou neste artigo, talvez que não sejam só os partidos originariamente de massas que passem por isso. Sujeito a investigação, o mais provável é que partidos vinculados mais fortemente com alguma base social sejam atravessados pela tensão entre sua identidade partidária e sua estratégia institucional.

Porém, uma condição para que essa tensão exista é que os atores envolvidos – sejam dos movimentos sociais, sejam dos partidos políticos – percebam, mesmo que tacitamente, tanto a identidade partidária quando a estratégia institucional, vindo a formular, por conseguinte, expectativas sobre como deveria agir o partido em função de sua identidade partidária ou em função de sua estratégia institucional. Daí, chamar essa tensão como concernente à expectativas e, por conseguinte, vinculadas à percepção.

Por essa razão, apesar de ser a teoria de movimentos sociais que geralmente dá centralidade ao sistema político em suas explicações, a Teoria do Processo Político (TPP) (ALONSO, 2009, p. 54-59) é insuficiente para análise das tensões gerais aqui analisadas. Este marco teórico pretende explicar a conversão de estrutura social e mobilização potencial em ação a partir do conceito de *estruturas de oportunidades políticas*, definido como dimensões situacionais do sistema político que criam oportunidades ou restrições à disseminação da ação coletiva

de protesto. Percebidas pelos atores, seriam recursos externos às organizações que sustentam o conflito por um longo tempo para além de um ou outro protesto, isto é, para os movimentos sociais (TARROW, 2009, p. 101;105-106).

Por conseguinte, a TPP, da forma como foi apresentada acima, encara limitações para análise aqui desejada. Primeiramente, seu foco nas mobilizações que efetivamente aconteceram perde de vista o potencial de mobilização que não se realizou e situações de desmobilização, inclusive daquelas decorrentes de interação com o Estado. Por causa disso, parece que as restrições e a repressão política que chega ao ponto de sufocar ou sugar os recursos de um movimento tem menos relevância. Em segundo lugar, o fato de os recursos externos disponíveis em determinadas situações, as oportunidades políticas, serem conceitualmente ligadas à percepção, ou seja, às expectativas dos atores limita o escopo da investigação a esta, correndo o risco de ser meramente apologético às considerações do movimento. Por fim, seu enfoque em recursos externos que são percebidos dificulta a apreensão analítica da dinâmica interna das organizações de movimentos sociais (GOHN, 2012, p. 115).

Tensão de organização

Um enfoque organizacional, que independa de ser notado, se faz necessário para compreendermos a segunda tensão. Isto pode ser melhor analisado sob a ótica da Teoria da Mobilização de Recursos⁷ (TMR) (McCARTHY & ZALD, 1977.) que pressupõe a possibilidade de uma competição entre as *Organizações de Movimentos Sociais* (OMSs)⁸. Para a TMR, a ação coletiva seria resultado da escolha racional ponderando custo-benefício quando angariados recursos materiais, humanos e organizacionais suficientes (ALONSO, 2009, p. 52), sendo este seu pressuposto para o sucesso: quanto mais recursos, mais vitórias. Como dito anteriormente, a TMR tem um problema grande em entender a diferença pela escolha entre formas institucionais ou não-institucionais de política, uma vez que as diferencia apenas segundo a quantidade de recursos disponíveis para acessar a primeira, pressupondo que ambas envolvem um mesmo senso de eficácia política. Adaptado isso para compreender que existem valores em si que não são apenas instrumentais nos repertórios institucionais e não-institucionais e uma eficácia política singular de cada uma dessas esferas, é possível utilizar o marco teórico para compreender

7 O Apesar de a TMR ter um raço analítico e terminológico estritamente utilitário e mercadológico (GOHN, 2012, p.51-53;58), seu uso permite entender o sentido instrumental da autonomia, além do já mencionado enfoque organizacional.

8 São organizações alinhadas ao movimento social, visto como "um aglomerado de opiniões e crenças numa população que representa as preferências"(McCARTHY & ZALD, 1977. p. 1217-1218. Tradução minha).

a tensão que diz respeito aos recursos que podem ser usados por movimentos sociais. Tatagiba (2007, p. 14-15) destaca usos, por exemplo, já feitos deste marco na análise da criação de dependência dos movimentos frente fundos públicos e partidos ao se aproximarem das instituições que se num primeiro momento pode aumentar as chances de sucesso, num segundo de longo prazo pode limitar a capacidade de mobilização.

Na categoria das OMS estariam incluídos não só os movimentos sociais, mas também integrantes de partidos políticos presentes no ou que eventualmente cooperem com o ativismo extra-institucional. Transpondo à tipologia elencada anteriormente, a interpenetração, manifesta na dupla presença no partido e no movimento, e a cooperação das pessoas que são partes apenas dos movimentos alimenta uma concorrência dos recursos – sejam eles materiais ou simbólicos – agregados por ambos os atores, que podem ser usados ou para os movimentos ou para os partidos que com eles se relacionam. Em cada extremo do continuum, resultante disso, teríamos a situação em que os recursos dos dois seriam destinados em sua totalidade para apenas um: de um lado, próximo do sentido instrumental da autonomia, todos seriam despendidos para o movimento, desmobilizando o partido e quase o dissolvendo; doutro lado, no sentido instrumental da institucionalização, todos seriam direcionados ao partido, desmobilizando a OMS e quase a dissolvendo.

Na literatura revisada aqui, essa possibilidade não ganha centralidade nas análises, recebendo apenas pequenas menções. No estudo de Oliveira e Silva (2011, p. 107), o decaimento do Movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul – um exemplo de interpenetração na tipologia elencada anteriormente –, em função da excessiva dependência frente ao governo, quando o PT perdeu a prefeitura de Porto Alegre ganha apenas uma breve citação em entrevista. Ou as pequenas referências ao enfraquecimento de movimentos e suas bases pelo trânsito institucional de suas lideranças aos cargos no governo, ou relatos de militantes à mudança da estrutura de financiamento do MST, por exemplo, para uma prevalência de aportes estatais, e ao seu maior interesse em gerir programas governamentais do que mobilizando ocupações (LEVY, 2014, p. 53).

Uma vez que os partidos não se resumem à sua função no governo, mas também, e principalmente, por causa do enfoque organizacional das tensões, é necessário incorporar e discorrer sobre as

outras funções dos partidos. Além da função governativa – chamada “partido-no-governo” isto é, integrantes dos partidos nas casas legislativas, nos executivos e cargos administrativos estatais –, V.O. Key Jr. (1962, p. 180-182; 222-226; 344. Tradução minha) distingue outros dois usos do termo partido, que são atrelados a duas outras funções: a representativa/eleitoral⁹ – ou “partido-no-eleitorado”, marcada na massa amorfa de pessoas mobilizadas eleitoralmente e que reagem segundo suas preferências partidárias – e a função organizativa – “partido-fora-do-governo”, ou as pessoas que fazem parte do partido sem estar no governo e mobilizam a massa de eleitoral.

Analicamente, prescindem duas ressalvas quanto a isso. Primeiro, para não igualarmos a função eleitoral à organizacional, limitando a segunda à primeira, deve-se atentar ao risco de incorrer num preconceito sociológico (PANEBIANCO, 2005[1982], p. 4-6) que defina os partidos apenas como expressão das demandas dos grupos sociais – aqui, algumas de suas expressões organizadas, os movimentos sociais – que se supõe serem suas bases eleitorais. Além disso, em segundo lugar, o lado “fora-do-governo” dos partidos tem atividades que não necessariamente são relacionadas à mobilização do eleitorado, o que a versão eleitoral dum preconceito teleológico – que define os partidos de acordo com seus objetivos mínimos, que neste caso visariam a maximização dos votos ou a vitória eleitoral (Idem. 1972, p. 6-10) – assumiria. Necessita-se, então, expandir da função organizativa de Key Jr., abarcando outras atividades e dando-lhe especificidades próprias que não dizem respeito à eleições.

Ainda sim, as referências na literatura à competição de recursos na função organizacional também são marginais, sem chegarem ao centro das análises. Já nos momentos iniciais do PT verificava-se isso. A contradição, identificado por Margaret Keck, da ideia de um “partido de movimentos” – presente no PT –, que precisa do fortalecimento dos movimentos, mas quanto mais esses o fazem com a conquista de suas demandas através de sua própria mobilização, menos eles precisam do partido (ELIAS, 2013, p. 32-33), a desaceleração da construção do PT em 1980 visando priorizar as mobilizações grevistas no ABC paulista naquele ano (MENENGUELLO, 1989, p. 68-69) são exemplos breves de deslocamento de recursos entre o partido e os movimentos.

Embora continue não sendo o eixo sob o qual gire a investigação, Lincoln Secco (2012.

⁹ A nomenclatura não implica, aqui, que a representação exercida pelos e nos partidos se dê apenas através das eleições, nem que a representação exista somente através das eleições.

p. 252) enfatiza diversas situações – as diretas já e as campanhas pelo impeachment de Collor exemplificam – de competição por recursos entre partido e movimento as quais juntas formariam “uma lei de ferro da trajetória petista”: o fortalecimento da discussão socialista dentro do partido, logo de parte da função organizacional, trazido pelas tendências à esquerda – principalmente marxistas –, se dá no refluxo das tendências movimentalistas, capitaneadas pelas tendências à direita – a Articulação, que tinha maior contato com setores sindicalistas. Díspar da tensão percebida por McAdam e Tarrow, entre a posição extrema dos movimentos e a moderação dos partidos, houve circunstâncias no PT em que a moderação estava ao lado dos movimentos, o que reitera a importância da segunda ressalva analítica de se fugir do preconceito teleológico.

A diminuição na produção documental em grande parte do movimento popular em 1979 e 1982, anos, respectivamente, de intensa atividade partidária com as discussões da reforma partidária e eleitoral com as eleições gerais no Brasil (DOIMO, 1995, p.99;120;117), sugerem indícios de uma desmobilização causada pelo engajamento institucional de parte de seus e suas integrantes não só na função organizacional dos partidos, como também na eleitoral. Esta última, porém, intermediada pela função organizacional, devido a interação com militantes partidários e partidárias.

Portanto, se a função organizacional atravessa mesmo a eleitoral, ela deve acompanhar uma indagação sobre a maneira pela qual a organização interna dos partidos pode puxar e/ou destinar recursos dos e/ou aos movimentos. As atividades vitais de um partido, segundo Panebianco (2005[1982], p.47;65;74) são geridas pelos grupos que conquistarem vitórias nas relações de poder internas – vistas como relações de troca desiguais –, passando ao controle das *zonas de incerteza*¹⁰ da organização, de seus recursos e, subsequentemente, constituindo a *coalizão dominante*. Dentre elas, a zona de *gestão das relações com ambiente* se destaca na interação com os movimentos sociais, pois trata das alianças, conflitos e temas com outras organizações nos diversos ambientes em que o partido participa. Assim como nos outros ambientes – o eleitoral, por exemplo –, os partidos enfrentarão o dilema organizativo sobre adotar uma estratégia de *adaptação* – atuar passivamente num ambiente, moldando-se a ele – ou *predomínio* – dominar e transformar o ambiente – (idem, 2005[1982], p.21-24) ao ambiente dos movimentos sociais nos quais

podem estar inseridos. Análogo a exemplificação das duas com o partido do preconceito sociológico e o “partido revolucionário” – na teoria leninista ou gramsciana –, respectivamente, na história do PT ambas as estratégias foram propostas para lidar com o ambiente movimentalista: ao passo que a noção de “partido de movimentos”, exposta anteriormente, estaria de acordo com uma ideia de adaptação do partido ao ambiente dos movimentos sociais, um “partido dirigente” (SECCO, 2012, p. 49) se avizinharia duma tentativa de predomínio sob os movimentos sociais.

A proposta de adaptação petista, antes dos núcleos de base se tornarem apenas consultivos, abria a possibilidade para uma influência maior dos movimentos sob os recursos partidários sem a necessidade da filiação. Por outro lado, a influência dos movimentos pode ocorrer através de integrantes do partido que compartilham da identidade do movimento, que tem, portanto, uma dupla presença, algo que exemplos como o Movimento de Economia Solidária e do movimento popular mostraram. A definição de que parte do ambiente dos movimentos sociais os participantes do partido se envolverão é um dos papéis cumpridos pela ideologia organizativa – conjunto de ideias definidoras dos “objetivos oficiais” do partido – ao delimitar seu “território de caça” (idem, 2005[1982], p. 25-26), isto é, onde construirá relações de disputa e troca de recursos com outras organizações – neste estudo as OMSs – em seus diversos ambientes.

Para fazer parte das relações com o ambiente dos movimentos sociais não se necessita, porém, ser uma liderança que controle a maior parte dessa área de imprevisibilidade e faça parte da coalizão dominante, visto que todas e todos militantes detêm algum recurso de poder – atrelado à possibilidade de que seu abandono do partido descarte sua participação – passível de ser usado para seu controle sobre zonas de incerteza (PANEBIANCO, 2005[1982], p.45). Logo, tanto as tendências – grupos internos típicos dos partidos com coalizões dominantes mais coesas, tendo fraca organização – quanto as facções – presente naqueles partidos com coalizões dominantes menos coesas, são grupos com forte organização – (idem, 2005[1982], p. 75-76) podem manter algum controle das zonas de relações com o ambiente, lidando com movimentos sociais a partir dos seus próprios recursos.

Entre os militantes partidários e partidárias, enquanto no e na *crente* a principal motivação proveria de *incentivos coletivos* – incentivos de

10 As zonas de incerteza são espaços internos vitais de imprevisibilidade, por causa das disputas que podem ocorrer, e que se dividem em seis principais: a) A competência, cujo recurso é o saber especializado resultante da experiência ao longo de sua trajetória; b) As relações com o ambiente, que envolve lidar com outras organizações; c) A comunicação interna, servindo ao controle da informação; d) As regras formais, abordam o controle da interpretação das regras; e) O financiamento, que gere a entrada de dinheiro no partido (PANEBIANCO, 2005[1982], p. 66-70).

identidade, são recursos que não podem ter seu acesso restringido, como a identificação com o partido –, no e na *carreirista* seria fruto de *incentivos seletivos* – sejam eles materiais ou de *status*, geralmente são recursos que podem ter acesso restrito, como dinheiro e cargos no interior do partido, respectivamente (Idem, 2005[1982], p. 17-18;46-48;53-60)¹¹. Consequentemente, o envolvimento do primeiro tipo com os movimentos sociais que estivessem alinhados ao “território de caça” ganharia, aos seus próprios olhos, um sentido de colaborar com a causa oficial do partido. Já entre o segundo tipo, teríamos o interesse de lideranças partidárias em controlar a zona mencionada mais ligada a acumular um recurso de *incentivos seletivos* – *status* interno, caso a conexão com determinados movimentos esteja em conformidade com o “território de caça”, ou material – a ser usado nos jogos de poder do partido, oferecendo *incentivos de identidade* ou *seletivos* a agentes próximos e próximas de movimentos em troca de sua participação. Essa participação, por sua vez, resulta da mediação e localização externa que as relações com o ambiente proporcionam ao líder.

No outro polo da interação, as OMSs podem escolher repertórios de interação com os partidos conforme dois sentidos principais, assim como outros repertórios de institucionalização. Primeiramente, atores dos movimentos podem achar que utilizar seus recursos para o partido ou do partido para o movimento, a partir da relação entre os dois, seja benéfico, pois os auxiliaria a alcançar as políticas públicas dentro dos efeitos intencionais desejados. Nesse entendimento, o partido político poderia dar visibilidade à pauta do movimento através dos programas eleitorais ou partidários e de falas de seus parlamentares, votar a aprovação e intermediar a negociação de determinadas políticas apoiadas pelos movimentos ou barrar aquelas contrárias, graças à sua posição privilegiada junto à institucionalidade política, independente de uma convergência tática e/ou estratégica entre os grupos. O segundo sentido necessariamente uniria pessoas das OMSs e crenes partidários por observarem que existiria um valor em si na relação entre essas organizações. Seja em alguma concepção liberal ou elitista de que a democracia se faça através dos partidos, seja na ideia de que organizações ideologicamente próximas devam manter relações a despeito das diferenças táticas e estratégicas que tenham entre si, o valor em si estaria presente.

Visto que o uso e distribuição de incentivos

seletivos, bem como a disputa interna e a estratégia de carreira dentro do partido imbricadas disso, são atividades mais ligadas manutenção do partido do que a sua causa oficial, o cumprimento desta é posto em dúvida e um segundo papel da ideologia organizativa se sobressai: ocultar a distribuição dos incentivos seletivos e enobrecer e racionalizar a busca pela carreira individual dentro do partido (Idem, 2005[1982], p.31-32;38;49-50). Trata-se, parcialmente, de ofuscar a estratégia institucional usada no interior do partido, ou seja, em sua função organizacional. Sendo assim, a competição de recursos entre movimentos sociais e partidos políticos seria abafada pela ideologia organizativa: *carreiristas* julgariam que o seu sucesso individual valeria o deslocamento de recursos do movimento ao partido, pois o auxiliaria na “grande causa” a que vinha se dedicando; acreditando na convergência de objetivos de ambos, crenes subestimariam a tensão organizacional com a OMSs ou sequer considerariam a sua existência, indo de encontro a algum valor em si sustentado pelo movimento na relação com esse. Em suma, a ideologia organizativa dificultaria a percepção das tensões.

Dentre os diversos ambientes ocupados pelos partidos, cada um tem diferentes exigências para sucesso entre si e, por vezes, conflitantes. A descrição da tensão de expectativas entre movimentos e partidos elucida um pouco disso. Logo, esse segundo papel da ideologia organizativa se expandiria, borrando os sentidos diferentes desses ambientes e dando coerência ao comportamento do partido, como um todo, e/ou da facção ou tendência. Ela operaria ao longo de toda a sua estratégia institucional – incluídas também as funções governativas e eleitorais –, seja ela de predomínio ou de adaptação, para evitar a colisão com o ambiente movimentalista e manter a credibilidade de sua atuação nesse local.

Sobreposição e ligação das tensões

A percepção das tensões ganha a cena novamente. Agora, pelos empecilhos impostos a ela. Isso nos leva ao terceiro grande ponto sobre as tensões: uma distinção, bem separada, entre a organizacional e a de expectativas só se aplica analiticamente. Na realidade, essa e aquela se sobrepõem e coincidem, isto é, a competição de recursos entre as OMSs e partidos, e seus grupos internos, pode ser percebida e lida como componente da estratégia institucional do partido.

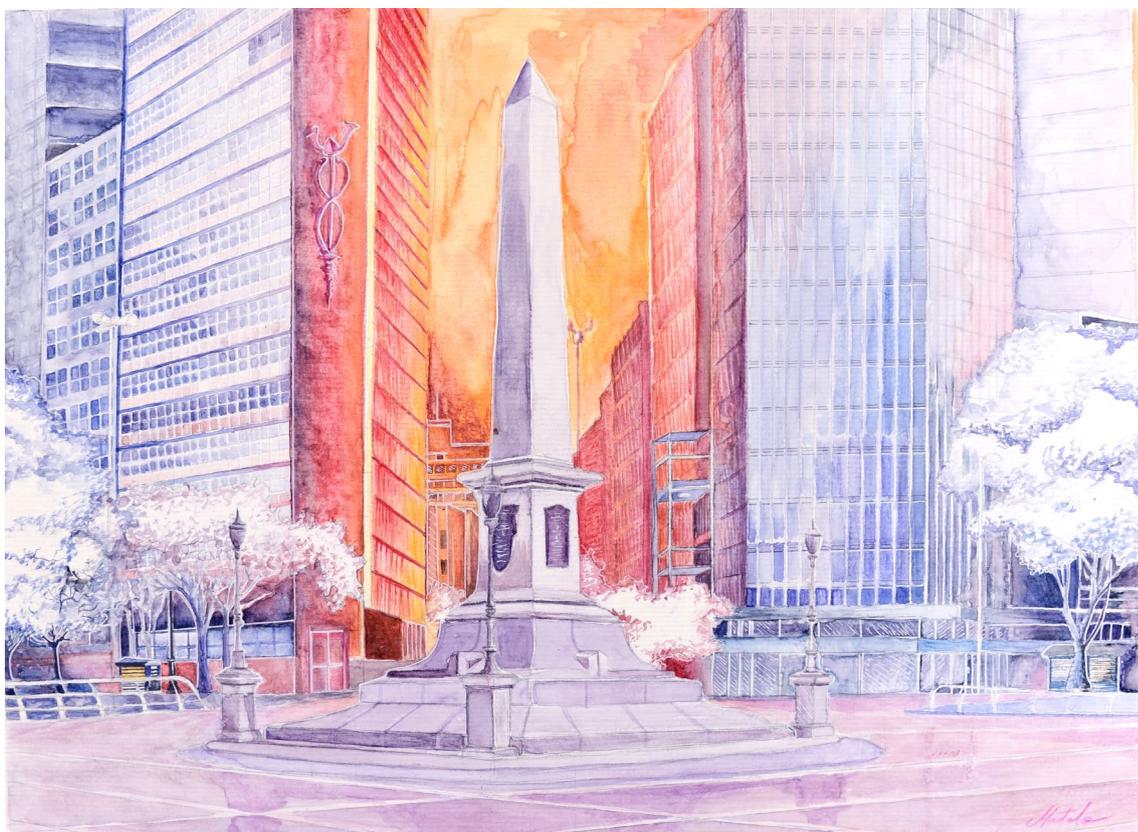
Esse entrelaçamento entre as duas pode ser visto de forma mais pacífica, sem muitas disputas,

¹¹ Os incentivos seletivos são bens privados – que podem ter seu acesso cerceado – em oposição aos incentivos coletivos, que seriam bens públicos – cujo acesso não poderia ser limitado –, sendo ambos os benefícios distribuídos para motivar a participação das pessoas (OLSON. 1999).

ou mais conflituosa, “desmascarando” a ideologia organizativa. Exemplar da primeira maneira de sobreposição, a preocupação de Lula com uma possível diminuição de solidariedade às greves do ABC no início 1978, que estavam no seu auge, a ser causada pelo lançamento do PT, o fez rejeitar a construção do partido naquele momento (SECCO, 2012, p. 42.). A proibição da presença formal de partidos políticos que consta na Carta de Princípios do Fórum Social Mundial, sob o argumento de que, sem esse ponto, a assimetria de recursos entre movimentos e partidos faria os segundos juntarem muito mais pessoas em suas atividades e participar bem mais das reuniões internacionais

e respectivas deliberações, é um caso de maior conflito (ELIAS, 2013, p. 37-38;44).

O entrelaçamento das duas tensões ajuda na compreensão de situações ainda mais conflituosas entre os dois. Durante protestos puxados pelo Movimento Passe Livre – DF (MPL-DF), quando os partidos levam suas bandeiras – que são um recurso de identidade – ou tentam colocá-las na frente do protesto, disputando esteticamente com o movimento, é comum que se peça para que baixem suas bandeiras. Quando não atendido o pedido, grandes desentendimentos com esses militantes partidários são criados. Durante as manifestações de Junho de 2013 gritos de “sem



Marcos Paulo

12 A juventude do PSDB em São Paulo foi às manifestações sem identificações de seu partido (REVISTA FÓRUM, 21/06/2013), tal como o PSTU cogitou ir em São Luís sem suas bandeiras, apenas com símbolos de esquerda. Em São Luís, presenciei militantes da Juventude do PMDB (JPMDB) em carros de som usando a palavra de ordem “sem partido”, comprovado posteriormente com denúncia que circulou na internet (PASTEBIN.24/06/2013).

partido” e até agressões físicas contra partidários e partidárias eram usadas para expulsá-los das manifestações. Para conseguirem se manter nelas, ou mimetizavam quem lhes botava pra fora, repetindo “sem partido” com seus carros de som, no caso de partidos de direita, ou utilizavam bandeiras de movimentos próximas ou de ideologias organizativas de seu partido, no caso de partidos de esquerda¹².

Embora existam diferenças, do apartidarismo do MPL-DF ao anti-partidarismo de Junho de 2013 existe uma continuidade de um para o outro no

estranhamento e rejeição dos partidos políticos que parece ser explicada em parte pela percepção de que a disputa de recursos com o ambiente dos movimentos sociais os prejudicam e fazem parte da estratégia institucional adotada pelo partido. Segundo essa leitura, a atuação dos partidos nos movimentos serviriam à desmobilização, ou seriam “oportunistas”, usando o movimento de “trampolim eleitoral”, se “perderiam em disputas partidárias”, no lugar dum envolvimento que vise a pauta do movimento, prejudicando a autonomia e favorecendo o sentido da institucionalização.

A análise destas tensões aponta em dois sentidos. De um lado, não é possível analisar os movimentos sociais pressupondo uma inexistência de relação com os partidos políticos. Ao contrário, diversas vezes utilizam repertórios de interação cooperativa com estes. Por outro lado, sua interação está longe de ser ausente de tensões que ora pende mais pra autonomia, ora pra institucionalização, constituindo uma "cooperação conflituante" (GIUGNI & PASSY, 1998. apud LEVY, 2014, p. 50).

Conclusão

Diante das diferentes valorações em si e instrumentais aos repertórios de autonomia e os de institucionalização dos movimentos e as tensões entre ambas, foi possível esboçar um quadro analítico que permita entender as tensões de movimentos sociais e partidos políticos, tanto no que toca às expectativas, quanto na interação organizativa de ambos. Dentre os exemplos, casos da história do PT se sobressaem e foram analisados a partir das três funções usualmente atribuídas aos partidos políticos: a organizativa, a eleitoral e no governo. Particularmente neste último, o marco teórico de Panebianco com o da TMR permitiu entender como diferentes tipos ideais de membros partidários – o crente e o carreirista – convergem suas orientações de valor àquelas de autonomia e institucionalização dos movimentos, criando uma cooperação e competição por recursos entre ambas. Por fim, a sobreposição de ambas tensões é o mais comum, a qual pode se instaurar de maneira mais ou menos conflituosa.

O marco teórico construído para análise

das tensões entre partidos e movimentos abre uma agenda de pesquisa ampla. Desde saber se em períodos eleitorais numa relação de interpenetração desmobiliza os movimentos ao sugar seus recursos, passando por investigar as tensões em diferentes contextos de mobilização – dos picos onde há mais mobilização e recursos disponíveis, e em fases visíveis ou latentes das organizações –, pelo papel das juventudes partidárias nessa tensão, até, por fim, às diferenças entre tensões no espectro ideológico, aos limites que o Estado capitalista imputa efetivamente às expectativas que devemos ter nos partidos em comparação aos movimentos e a possibilidade de interagir com um partido facilitar a ascensão de uma pauta pelo ativismo extra-institucional.

No fim das contas, a agenda colocada e o marco construído pretendem contribuir para o debate da comparação entre as formas institucionalizadas e não-institucionalizadas de participação política, num esforço semelhante ao de Thiago Trindade (2015) e de Francisco Tavares (2012) que enfocam, respectivamente, as tensões entre ação direta e atuação em Instituições Participativas (IPs) e reivindicações que só chegam ao debate público e a implementação a partir do ativismo que ocorre fora das instituições. Os princípios instrumentais de autonomia e institucionalização que orientam a relação dos movimentos com o Estado foram utilizados para analisar isso. Este ensaio serviu para focar em especial a tensão existente entre a participação política dentro dum partido político, uma forma institucionalizada, comparativamente àquela dentro de um movimento social, uma não-institucionalizada.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

- ABBERS, Rebeca & VON BULLOW, Marisa. (2011), "Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?". *Sociologias*, 13,28:52-84.
- ALONSO, Angela. (2009), "Teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate". *Lua Nova*,76:49-96.
- AMARAL, Oswaldo. (2010), "Adaptação e resistência: o PT no Governo Lula entre 2003 e 2008". *Revista Brasileira de Ciência Política*, 4: 105-134.
- BRANDÃO, Lucas (2011), "A literatura sobre movimentos sociais: a interação entre a política institucional e a política não-institucional". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. São Paulo, n.º 71, 1º Semestre de 2011.
- DOIMO, Ana Maria. (1995), *A Vez e a Voz do Popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, Anpocs.
- DUVERGER, Maurício. (1980 [1951]), *Os partidos políticos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- ELIAS, Gabriel Santos. (2013), "A relação dos partidos políticos com os movimentos sociais: O caso do PT e o Fórum Social Mundial". In: VON BULLOW, Marisa. (Org.). *Forum Social Mundial: A transnacionalização da Sociedade Civil Brasileira*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- GOHN, Maria da Glória. (2012), *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 10ª Ed.,

- São Paulo, Editora Loyola.
- LAVALLE, Adrián Gurza. (2011). "Participação: valor, utilidade efeitos e causa". In: PIRES, Roberto Rocha Coelho. (org). *A Efetividade das instituições participativas no Brasil*. Brasília, IPEA.
- LEVY, Charmain. (2014), "A sociedade política como elemento central na relação entre movimentos sociais e governos: o caso do Partido dos Trabalhadores." In: ROMÃO, Wagner de Melo & MARTELLI, Carla Gandini Giandi & PIRES, Valdemir (org.). *Participação Política no Brasil*. São Paulo, Cultura Acadêmica.
- MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (1977), "Resource mobilization and social movements: a partial Theory". *American Journal of Sociology*. 82,6:1212-1241.
- MENENGUELLO, Rachel. (1989), *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- OLIVEIRA, Gerson de Lima & SILVA, Marcelo Kunrath. (2011), "A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento - uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul". *Sociologias*, 13, 28:86-124.
- OLSON, Mancur. (1999), *A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo, EDUSP.
- PANEBIANCO, Angelo. (2005[1982]), *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo, Martins Fontes.
- PASTEBIN. "CUIDADO: MILITANTES DO PMDB PODEM ESTRAGAR SEUS PROTESTOS". <<http://pastebin.com/LLGYynsA>>. Acessado entre 24/06/2013 até 19/02/2016.
- REVISTA FÓRUM. "Juventude paulistana do PSDB muda de ideia sobre manifestações". <<http://www.revistaforum.com.br/2013/06/21/juventude-do-psdb-paulistano-volta-atras-sobre-manifestacoes/>>. Acessado entre 21/06/2013 até 19/02/2016
- RODRIGUES, Alberto Tosi. (2001), "Ciclos De Mobilização Política e Mudança Institucional no Brasil." *Revista de Sociologia e Política* 17:33–44.
- SARAIVA, Adriana. (2010), *Movimentos em movimento: uma comparação entre dois movimentos sociais juvenis no Brasil e nos Estados Unidos*. Tese de Doutorado, Centro de Pós-graduação sobre as Américas. Universidade de Brasília.
- SINGER, André Vitor. (2012), *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Editora Schwarcz S.a.
- Site do MPL. <mpl.org.br>. Acessado em: 28/02/2016.
- SECCO, Lincoln. (2012), *História do PT*. 3ª Ed., Cotia, SP, Ateliê Editorial.
- TARROW, Sidney. (2009[1998]), *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Trad. Ana Maria Sallum. Petrópolis, RJ, Zahar.
- TATAGIBA, Luciana, "Movimentos sociais e sistema político. Um diálogo (preliminar) com a literatura". 6º Encontro da ABCP, Área Temática: Teoria Política. Unicamp, Campinas, 2007.
- TAVARES, Francisco Mata Machado. (2012), "Em busca da deliberação: mecanismos de inserção das vozes subalternas no espaço público". *Revista Brasileira de Ciência Política*, 9:39–70.
- TRINDADE, Thiago Aparecido. (2015), "A participação além dos espaços institucionais: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo (SP)". 39º Encontro Nacional da Associação Nacional de Ciências Sociais (ANPOCS): GT 14.
- WEBER, Max. (1973), "A 'Objetividade' do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. [1904]" In: *Metodologia das Ciências Sociais: Parte 1*. 4ª Ed., São Paulo, Editora Cortez.

Recebido em: 20 de fevereiro de 2016

Aprovado em: 21 de setembro de 2016